



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PAULA KARINA DA SILVA**

**OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO  
NEOLIBERAL**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

PAULA KARINA DA SILVA

**OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO  
NEOLIBERAL**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liana Amaro Augusto de Carvalho

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Paula Karina da.  
Os desafios da intervenção profissional no contexto neoliberal [manuscrito] / Paula Karina da Silva. - 2022.  
25 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.  
"Orientação : Profa. Dra. Liana Amaro Augusto de Carvalho, Departamento de Serviço Social - CCSA."  
1. Neoliberalismo. 2. Exercício profissional. 3. Ultraneoliberalismo. 4. Serviço Social. I. Título  
21. ed. CDD 362

PAULA KARINA DA SILVA

OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

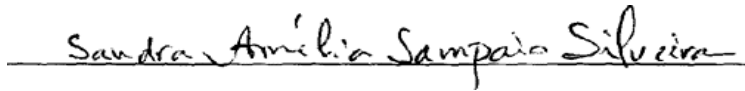
Aprovada em: 24/11/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liana Amaro Augusto de Carvalho (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup>. Me. Sandra Amélia Sampaio Silveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof<sup>ª</sup>. Me. Fabiana Alcântara de Lima  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 NEOLIBERALISMO: DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>7</b>
<b>3 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>13</b>
<b>4 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: OS DESAFIOS E RUMOS DA PROFISSÃO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>18</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Paula Karina da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A prática profissional dos assistentes sociais é historicamente marcada pelo confronto de forças antagônicas da classe dominante e da classe trabalhadora. A profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho sofre os reatamentos das transformações societárias do mundo capitalista. As atuais transformações do capital em busca da retomada do lucro e da superação da crise estrutural capitalista por meio da ofensiva neoliberal, transforma radicalmente o mercado de trabalho e ataca as políticas sociais, principal campo de atuação dos assistentes sociais. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar os principais desafios na intervenção profissional do Assistente Social em tempos neoliberais no Brasil. Especificamente, o artigo busca resgatar as principais determinações sócio-históricas da ofensiva neoliberal e sua inserção no Brasil; discutir a prática profissional do assistente social; e arrazoar os avanços, limites e desafios da atuação do Serviço Social frente ao projeto profissional. A análise feita nesta pesquisa foi realizada a partir do método crítico dialético. Esta é uma pesquisa teórica, de natureza bibliográfica, considerando os principais teóricos e produções acadêmicas a respeito do debate em torno do objeto de estudo. A partir desta pesquisa foi possível compreender os principais desafios presentes no exercício profissional na contemporaneidade impostos pela ofensiva neoliberal e concluir que essa impõe aos assistentes sociais condições precárias no mercado de trabalho com a flexibilização e os ataques às políticas sociais. No entanto, é necessário frisar a importância da formação crítica para o enfrentamento dos processos de precarização e lutar por melhores condições no exercício profissional e por mais conquistas para a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Exercício profissional. Ultraneoliberalismo. Serviço Social.

### ABSTRACT

The professional practice of social workers is historically marked by the confrontation of antagonistic forces of the ruling class and the working class. The profession inserted in the social and technical division of work suffers the repercussions of societal transformations in the capitalist world. The current transformations of capital in search of the return of profit and the overcoming of the capitalist structural crisis through the neoliberal offensive, radically transforms the labor market and attacks social policies, the main field of action of social workers. In this sense, this article

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da UEPB, Campus I, Campina Grande-PB. E-mail: paula.silva@aluno.uepb.edu.br

aims to analyze the main challenges in the professional intervention of the Social Worker in neoliberal times in Brazil. Specifically, the article seeks to rescue the main socio-historical determinations of the neoliberal offensive and its insertion in Brazil; discuss the professional practice of the social worker; and to discuss the advances, limits and challenges of Social Work performance in relation to the professional project. The analysis carried out in this research was carried out from the critical dialectic method. This is a theoretical research, of a bibliographical nature, considering the main theorists and academic productions regarding the debate around the object of study. From this research it was possible to understand the main challenges present in professional practice in contemporary times imposed by the neoliberal offensive and to conclude that it imposes precarious conditions on social workers in the labor market with flexibilization and attacks on social policies. However, it is necessary to emphasize the importance of critical training to face precarious processes and fight for better conditions in professional practice and for more achievements for the working class.

**Keywords:** Neoliberalism. Professional exercise. Ultraneoliberalism. Social work.

## 1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social surgiu enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho para produzir respostas às expressões da questão social, se inserindo ainda nas relações entre as classes sociais e o Estado. A profissão possui um caráter interventivo e foi reconhecida historicamente por meio da dimensão técnico-operativa, porém ela não se reduz a esta. Promover uma atuação profissional a partir apenas de um viés pragmático, pelo mero uso de técnicas produz uma intervenção tecnicista, fragmentada e limitada diante da complexidade da realidade.

O Projeto Ético Político profissional e o direcionamento estratégico da profissão defendem atualmente a atuação profissional a partir da articulação das três dimensões da profissão: a dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Essas dimensões formam uma totalidade, mas quando isoladas se traduzem numa atuação fragmentada, focalizada e que favorece apenas aos interesses do capital. Sem o contato com a teoria social crítica marxista e um projeto ético-político baseado nessa perspectiva a profissão serviu por muito tempo apenas aos interesses do capital produzindo respostas temporárias, pois desconsiderava que os determinantes das problemáticas cotidianas estavam no próprio modo de produção capitalista.

Na contemporaneidade, a profissão passou a ser impactada pelas determinações da ofensiva neoliberal. A fase neoliberal capitalista causou o aprofundamento das desigualdades e impôs aos trabalhadores um amplo processo de precarização no mercado de trabalho. Além disso, o neoliberalismo promove a defesa do Estado mínimo e ataca as políticas sociais, através das quais os assistentes sociais intervêm nas variadas expressões da questão social. As políticas sociais que já possuem um caráter fragmentado e focalizado, sofrem ainda mais cortes orçamentários e se tornam cada vez mais frágeis diante das demandas sociais crescentes resultantes do modo de produção capitalista.

Os assistentes sociais como profissionais atuantes no cotidiano e que intervêm nas contradições das classes sociais, sofrem as mesmas tensões da classe trabalhadora, à qual também pertence, sendo afetados pela fase neoliberal que tenta usá-los a seu favor. O assistente social, sendo um trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho enquanto profissão especializada, é afetado pelos mesmos processos precarizantes que na atualidade têm sido postos à classe trabalhadora em geral.

A dinâmica contraditória do capital e o avanço neoliberal no contexto da crise agravada com o covid-19 traz novos desafios à profissão e aprofunda as demandas já existentes. Diante da crise, as respostas neoliberais continuam buscando a recuperação das taxas médias de lucro e usando o Estado a seu favor para precarizar mais a vida da classe trabalhadora. No Brasil, essa crise sanitária ocorreu no contexto do governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, quando ocorria uma expansão das contrarreformas e propostas de privatização. Enquanto a crise sanitária se ampliava, o capital continuava o seu projeto hegemônico de expansão.

Considerando isso, a pesquisa que orientou este artigo teve como objetivo geral analisar os principais desafios na intervenção profissional do Assistente Social em tempos neoliberais no Brasil. Os objetivos específicos foram: resgatar as principais determinações sócio-históricas da ofensiva neoliberal e sua inserção no Brasil; discutir a prática profissional do assistente social; e arrazoar os avanços, limites e desafios da atuação do Serviço Social frente ao projeto profissional. Buscamos responder aos seguintes questionamentos: Quais são os impactos do capitalismo na sua fase neoliberal na prática profissional dos assistentes sociais? E quais estratégias traçar para a superação das determinações impostas pelo capital e avançar em relação a direção crítica da profissão? Esses questionamentos orientaram os caminhos e os resultados desta pesquisa.

O presente projeto trata-se de uma pesquisa teórica de natureza bibliográfica pautada no método crítico dialético que visa refletir sobre os desafios da intervenção profissional do Serviço Social considerando as determinações do projeto neoliberal capitalista e os seus rebatimentos na profissão. Se buscou compreender os principais desafios do Serviço Social na atualidade a partir de artigos e publicações da categoria que possam elucidar esse debate.

Sabemos que a profissão intervém, por meio das políticas públicas, produzindo respostas às expressões da questão social. Na fase neoliberal o seu campo de atuação é desmontado em nome dos interesses capitalistas. Considerando isso, este artigo está organizado em três momentos. No primeiro momento é feita uma retomada da história do neoliberalismo e da sua implementação no Brasil nos anos de 1990. No segundo item é feito um resgate sócio-histórico da profissão no Brasil desde o seu surgimento. No terceiro e último item é feita uma análise dos desafios da profissão na contemporaneidade e das implicações que a crise do novo coronavírus trouxe à profissão com o aprofundamento da crise capitalista e o surgimento de novas demandas na contemporaneidade.



## 2 NEOLIBERALISMO: DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

O neoliberalismo, inspirado no liberalismo clássico<sup>2</sup>, tem como importante obra a teoria presente no livro *O caminho da servidão* de Hayek publicado em 1944. De acordo com Harvey (2008), o primeiro experimento de execução do projeto neoliberal ocorreu em 1973, no Chile, após o golpe de Pinochet contra Salvador Allende. O golpe no Chile foi ordenado pelas elites chilenas e apoiado pelos Estados Unidos, promovendo ataques aos movimentos sociais, às organizações da esquerda e desarticulando as organizações populares. Foram realizadas transformações no mercado de trabalho, afastando as restrições regulatórias e institucionais, privatizando os ativos públicos, liberando a exploração de recursos naturais para a exploração privada, privatizando a seguridade social e facilitando o livre comércio. Essas medidas recuperaram a economia do Chile apenas por um curto período de tempo.

De acordo com Montaño (1997), as transformações que ocorreram no modo de produção capitalista mediante o processo de reestruturação produtiva na década de 1970 já estavam presentes na indústria japonesa desde os anos de 1950 e 1960, quando, diante da crise financeira devido às limitações de seu mercado e a dificuldade nas exportações, foram adotadas as estratégias de corte de pessoal e mudanças na infraestrutura. A redução nos gastos com a compra da força de trabalho se tornou possível graças à inserção de novas tecnologias que permitiram a substituição do homem pela máquina, processo que já existia desde a primeira revolução industrial e que avançou com o desenvolvimento tecnológico e com o advento da informática. As consequências disso são, para Santos (2008), um crescimento na taxa de desemprego, fragmentação da classe trabalhadora e um aprofundamento das desigualdades. No entanto, cabe ressaltar que o desemprego é uma expressão da questão social, resultado das relações capitalistas e não é uma consequência apenas do avanço tecnológico. As indústrias passaram a adotar a subcontratação de empresas e a reduzir os gastos com a força de trabalho por meio da contratação por serviço prestado e por demanda. Além disso, a empresa matriz passou a subcontratar outras empresas reduzindo também os custos de produção.

Segundo Behring (2019), a profunda e estrutural crise capitalista que ocorreu desde o início dos anos de 1970 fez a burguesia usar o neoliberalismo como uma estratégia a fim de retomar os patamares de produção que tinham sido perdido por ocasião do exaurimento do pacto Keynesiano fordista. Essa tentativa de

---

<sup>2</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011) o liberalismo foi uma doutrina política e econômica que teve ênfase a partir do século XIX como a ideologia do modo de produção capitalista e que tinha as seguintes características: defendia a tese do estado mínimo, o individualismo, a propriedade privada, acreditava na existência de uma mão invisível que regulava as relações do mercado e mantinha o equilíbrio. Ele foi um pensamento em ruptura ao feudalismo. Já o neoliberalismo ocorreu num contexto diferente, quando o capitalismo já havia se consolidado como modo de produção, mas entra em uma profunda crise na década de 1970 e ocorre a reação burguesa. O neoliberalismo surge adotando características do liberalismo como a defesa do estado mínimo e da propriedade privada, aprofundando as desigualdades, precarizando o trabalho e destruindo o que havia sido conquistado no *Welfare State*. Assim, o neoliberalismo é usado como estratégia de retomada de lucro e reestruturação do poder das elites burguesas.

recuperação da crise, se deu através da superexploração da força de trabalho, extraindo mais-valor sobretudo dos países dependentes<sup>3</sup>.

Essa forma de produção e comercialização japonesa deu destaque econômico ao Japão e aos tigres asiáticos no processo de mundialização do capital. A flexibilidade nos contratos e os baixos custos de produção possibilitaram esse destaque da indústria japonesa no mundo globalizado. Diante disso, para se adaptar às vantagens da indústria japonesa e incorporá-las no ocidente, o neoliberalismo passou a defender a terceirização ou *partner ship*.

Através do neoliberalismo se objetivava reorganizar o capitalismo internacional e restabelecer o poder das elites econômicas. No entanto, o neoliberalismo foi mais efetivo em reestruturar ou criar o poder das elites do que em retomar os patamares de acumulação. Ao restaurar o poder das elites burguesas o neoliberalismo não se limitou a repassar o poder econômico para os mesmos indivíduos (HARVEY, 2008).

David Harvey (2008) afirma que a implantação do neoliberalismo ocorreu de maneira parcial na maioria das nações e de forma desigual. Nesse sentido, a competição entre Estados nas relações comerciais de forma mais aberta só ocorreu nos anos 1970. O progresso neoliberal nas décadas seguintes estava mais relacionado à pressão que alguns Estados exerceram nos outros países do que ao sucesso neoliberal. Muitos países resistiram à neoliberalização, mesmo com pressões competitivas. Enquanto isso, na mesma época, países que não tinham adotado as reformas liberais tiveram maior destaque econômico.

De acordo com Harvey (2008), o poder de classe vai gradualmente sendo estabelecido e se consolidou apenas na década de 1990 graças a três fatores. O primeiro fator foi a financeirização aberta que facilitou a concentração de renda nos anos 1980 e 1990. O segundo fator, foi a facilidade de mobilidade geográfica que facilitou o movimento de mercadorias e capital que impulsionaram uma maior pressão para a adoção do modelo neoliberal no mundo. O terceiro, o complexo Wall Street-FMI-Tesouro de Clinton dos Estados Unidos que levou muitos países a

---

<sup>3</sup> Marini (2000), afirma que a existência de países dependentes é resultado da divisão social do trabalho imposta no capitalismo, por meio dela se impõe limites ao desenvolvimento de alguns países enquanto outros têm um poder hegemônico no mercado internacional. O autor explica duas categorias relacionadas à condição de dependência: a primeira categoria é a superexploração da força de trabalho que acontece em países dependentes, tais países para superar a perda de acumulação de mais- valia intensificam a exploração do trabalhador por meio da intensificação do trabalho, a ampliação da jornada de trabalho e espoliação de parcela de trabalho necessária para repor sua força de trabalho. Outra categoria criada por Marini é o subimperialismo, que explica a industrialização tardia e com características específicas nos países dependentes como sendo uma nova etapa do imperialismo, mas mantendo as restrições dos seus mercados e permanecendo dependentes. A industrialização na América Latina aprofundou a divisão social do trabalho e definiu que as etapas inferiores na produção industrial seriam responsabilidade dos países dependentes e as ações mais desenvolvidas da produção ficaram monopolizadas pelos países do centro. Fontes (2010), ao discutir o pensamento de Marini aponta que o autor traz elementos importantes ao entendimento do subimperialismo e superexploração da força de trabalho, no entanto, há algumas dificuldades na sua teoria quando ao tratar do conceito de superexploração não se atenta ao fato de que o valor é determinado pelas condições reais e concretas de uma população associada ao tempo socialmente necessário para reproduzir a classe trabalhadora em determinadas condições históricas e associada às circunstâncias internacionais. Fontes (2010) ainda atenta que somente uma análise focada na periferia em um determinado contexto histórico não daria conta de trazer todos os elementos da dinâmica da dependência, nem das especificidades de um país.

seguirem o caminho neoliberal por fazer ele parecer uma solução para todos os problemas do modo de produção capitalista.

A neoliberalização e a globalização trouxeram consequências, à medida que o mundo inteiro se integrava, as crises financeiras que antes tinham um impacto menor se espalhavam mais rapidamente e geravam caos no mundo. As crises que se espalharam resultavam na queda do PIB dos países, aumento do desemprego e aprofundamento das desigualdades. Crises como a dívida na década de 1980 não se limitou ao México, o mesmo ocorreu em 1990 com “a crise da tequila” e a crise na Tailândia devido à desvalorização da moeda do país que se expandiu mais ainda que as anteriores. (HARVEY, 2008)

Além disso, conforme Montaño (1997), a globalização reduziu a autonomia dos Estados nacionais e a existência de um Estado de bem-estar social passou a ser desnecessário para o neoliberalismo. O estado mínimo passou a ser uma opção mais interessante ao capital, já que era necessário para ele naquele momento de queda da capacidade econômica retomar os patamares de lucro. Assim, o desenvolvimento capitalista se tornou incompatível com os compromissos democráticos do *Welfare State*. A contrarreforma do Estado passou a ser o instrumento para produzir um estado mínimo que não interferisse na liberdade econômica e na economia do mercado obtendo lucros para si. Essa não intervenção estatal ocorreu também por meio da privatização de empresas públicas em atividades econômicas e isso levou a uma queda na arrecadação estatal. A redução na arrecadação faz com que ocorra uma redução no gasto público e uma redução nos recursos para as políticas sociais.

Para Montaño (1997), a ofensiva neoliberal pautada na terceirização nos setores de produção, administração e serviços, flexibilização dos vínculos de trabalho, o crescimento do desemprego devido aos avanços das tecnologias levaram a alterações no mundo do trabalho e na vida da classe trabalhadora. Ao adotar e defender o estado mínimo privatizando empresas públicas há uma redução nos gastos com as políticas sociais e assistenciais.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a implementação do neoliberalismo no Brasil ocorreu aparentemente em um momento diferente do restante do mundo. Enquanto no cenário internacional ocorria a reação burguesa, no Brasil ocorria a ditadura militar com o “fordismo à brasileira”. No entanto, havia uma internacionalização da economia brasileira por meio do qual produziu o milagre econômico e em certa medida nesse aspecto o país estava em contato com o cenário internacional.

A partir de 1974 o regime militar começou a se esgotar e possibilitou uma abertura democrática e isso aproximou a economia brasileira das ideias neoliberais. A ditadura se encerrou, mas deixou na década de oitenta uma dívida a elevados juros. Na mesma década se construiu a Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, que vigora até os dias atuais e trouxe avanços em relação aos direitos sociais, direitos humanos e direitos políticos, mas que permanece conservadora em muitos aspectos.

Em 1990, no governo de Fernando Collor são instauradas no Brasil as ideias neoliberais. Esse processo se intensifica e se estrutura como uma proposta para a reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso que defendeu reformas que eram exigências do mercado capitalista. Essas reformas eram defendidas como um projeto necessário para modernizar o Estado. A constituição

recém aprovada era julgada como um atraso, assim os direitos que mal foram conquistados começaram a ser contestados.

Cassin (2022) afirma que, após o fim da ditadura, os governos da Nova República buscaram adaptar o país ao contexto neoliberal por meio de contrarreformas, mercantilização e ataque às políticas sociais e direitos dos trabalhadores. Todos os governos a partir daí atenderem de alguma forma aos interesses neoliberais e da elite brasileira que representa o capitalismo no país.

Os governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff combinaram concessões à classe trabalhadora e ao capital. Essa conciliação de classes atreladas ao contexto econômico favorável nos primeiros dez anos de governo com a elevação dos *commodities* permitiu manter os investimentos públicos, facilitou o acesso a benefícios por parte da população trabalhadora e atendeu a agenda neoliberal.

No entanto, todo esse cenário favorável ao governo do PT foi descontinuado quando os efeitos da crise de 2008 chegaram ao Brasil e manifestações mostravam o descontentamento da população. A partir disso, a direita buscou explorar esse descontentamento dando ênfase aos escândalos de corrupção. Diante disso, Dilma adotou o ajuste fiscal para agradar o capital e assim ela perdeu ainda mais apoio dos seus eleitores indo em contramão ao seu plano de governo. (CASSIN, 2022)

A crise de 2008 repercutiu no Brasil por meio do golpe jurídico-parlamentar organizado pelo legislativo, executivo, polícia federal e com o apoio da imprensa. Esse golpe foi planejado pela classe dominante para combater a crise econômica e política do país e o tornar mais neoliberal. O golpe contra Dilma Rousseff restituiu o poder da burguesia autocrática brasileira e refletiu a desconfiança do capital nos governos do PT. Assim,

A despeito de o PT ter sido muito útil para as classes dominantes durante um longo período garantindo enormes taxas de lucros e o apassivamento das lutas sociais, a instabilidade política que se abriu com o levante de 2013, com as investigações da Lava Jato e com as manifestações conservadoras da direita em 2015, solapou a frágil confiança do capital na capacidade de os governos petistas seguirem no comando da administração federal (CASSIN, 2022, p. 20).

Diante disso, Michel Temer, vice-presidente de Dilma, assumiu o cargo de presidente em 2016 para atender aos interesses capitalistas e promover um maior ajuste fiscal. Para isso se tornaram necessários o aprofundamento nas investidas contra o mundo do trabalho, contra as políticas sociais e o meio ambiente, constituindo assim, como um governo ultraneoliberal. O ultraneoliberalismo se constitui como uma nova etapa ou fase de avanço neoliberal e que incide justamente nesse ajuste fiscal promovido no governo de Michel Temer.

Temer aprovou em dezembro de 2016 a PEC 241/2016, que visava um ajuste fiscal congelando os gastos por 20 anos com saúde, educação, previdência social, assistência social, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, ciência e tecnologia, habitação, infraestrutura, entre outros gastos primários. Para isso, os recursos para esses setores teriam como referência o ano de 2016 e seriam corrigidos apenas com o índice Nacional do Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) entrando em vigor a partir de 2017 até o ano de 2036. A EC 95, fruto da PEC 241,

também afetou o valor mínimo a ser investido nas áreas da educação e saúde e desconsiderou os gastos com os juros da dívida pública. Dessa forma,

A EC 95, enquanto medida pioneira e prioritária do governo ilegítimo, revelou a essência do golpe de 2016: promover um desmonte dos direitos e das políticas sociais sem precedentes na história do País, corroendo, ano após ano, a parcela do fundo público destinada aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, garantindo o superávit primário para a remuneração do capital portador de juros (CASSIN, 2022, p. 22).

Além disso, Temer aprovou a Lei nº 13.467 ou a Lei da Reforma Trabalhista que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 que alterou a CLT e legislações relacionadas flexibilizando as normas trabalhistas e favorecendo o empregador. Mas não foram apenas os trabalhadores ativos que sofreram com a ofensiva ultraneoliberal do governo Temer, em 2016 já se planejava uma contrarreforma na previdência por meio PEC 287/2016 que sofreu mais resistência de ser aprovada que as demais devido aos movimentos populares e às eleições em 2018. A contrarreforma da previdência visava aumentar a idade mínima da aposentadoria, elevar o tempo de contribuição, elevar a idade de acesso ao BPC, entre outros ataques que atingiam diretamente a parcela mais pobre da população. Assim se percebe que:

O governo golpista de Temer, por seu caráter transitório e ilegítimo, cumpriu a sina de ser “uma ponte para o futuro” de obscurantismo que reinaria no Brasil a partir de 2019 — uma espécie de antessala do neofascismo ultraneoliberal. O novo regime fiscal e a contrarreforma trabalhista prepararam o terreno para a avalanche de austeridade fiscal e ataques aos direitos e políticas sociais processada no governo subsequente (CASSIN, 2022, p. 23-24).

A ruptura democrática promovida no golpe jurídico-militar contra Dilma provocou uma crise na democracia que favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, político de extrema-direita que não apenas seguiu o projeto ultraneoliberal do governo Temer como o aprofundou. Eleito nas eleições de 2018, Bolsonaro tomou posse em 2019, sendo um governante neofacista<sup>4</sup> e que aprofundou o ultraneoliberalismo. Em seu governo, Bolsonaro promoveu a aprovação da contrarreforma da previdência, instituiu a medida provisória 905/2019 que instituiu a carteira verde e amarela que precariza e flexibiliza o trabalho e criou a contrarreforma administrativa pela PEC 32/2020.

Para Mota (2019), o governo ultraneoliberal de Bolsonaro reuniu segmentos da sociedade por meio de ideologias antidemocráticas, conservadoras e semelhantes ao facismo a fim de promover contrarreformas e ajustes para atualizar a hegemonia burguesa e valorização do capital. Para que esse projeto ultraneoliberal conseguisse se instituir são manipulados discursos sobre assuntos como: discriminação, machismo, direitos dos indígenas, orientação sexual, etc. Além

---

<sup>4</sup> Löwy (2020) define como neofascista um governo que é semelhante ao facismo clássico, mas que possui algumas diferenças. É um governo autoritário moderno, agressivo, que também pode ser associado ao neoliberalismo.

disso, a corrupção atribuída ao PT foi usada como motivo da falta de recursos e justificativa para a realização das contrarreformas. A autora afirma que esse aprofundamento do neoliberalismo aparenta estar associado a uma resposta às exigências do capital na contemporaneidade que busca explorar mais o trabalhador e retirar os direitos conquistados.

As ofensivas neoliberais e ultraneoliberais afetam a classe trabalhadora e promovem transformações nas políticas sociais. Essas “no atual contexto neoliberal, global e produtivo, são substantivamente alteradas em suas orientações e em sua funcionalidade” (MONTAÑO, 1997, p. 9). As orientações das políticas sociais mudaram, pois elas estão sendo privatizadas e repassadas como responsabilidade do terceiro setor. Além disso, elas se tornaram políticas cada vez mais focalizadas por serem respostas pontuais para a população carente e também são desconcentradas. No neoliberalismo os recursos destinados às políticas sociais são reduzidos e os serviços prestados perderam a qualidade.

Montaño (1997) aponta que em consequência das mudanças nas orientações e funcionalidades das políticas sociais há mudanças na base de sustentação funcional-ocupacional da profissão do assistente social já que o ele intervém por meio de políticas públicas que foram reduzidas havendo uma diminuição do campo de intervenção do assistente social. Se as políticas sociais perdem a importância, os assistentes sociais vão se tornando desnecessários. Além disso, a terceirização assim como em outras profissões tende a abrir espaço para a presença do assistente social como um profissional liberal. A redução de campos de atuação e a terceirização convergem num processo de refilantropização do Serviço Social. A privatização das políticas leva à multifragmentação e as políticas podem ser repassadas à sociedade civil como uma prática voluntarista diante da incapacidade do Estado em lidar com elas.

Além desses ataques às políticas públicas, o neoliberalismo promove alterações no mundo do trabalho, flexibilizando os vínculos e aumentando os níveis de exploração. As contrarreformas fazem parte desse processo de adequação aos interesses neoliberais, sendo uma adequação do Estado ao mercado. Raichelis (2011) aponta que a destruição do trabalho contratado e regulamentado, dos direitos sociais e trabalhistas são consequências dessa fase capitalista e que esse processo vai se aprofundando cada vez mais em função dos interesses neoliberais.

O assistente social também sofre os impactos da precarização das formas e relações de trabalho proporcionada pela ofensiva neoliberal. De acordo com lamamoto (2015), o fato do assistente social ser um trabalhador assalariado faz com que esse profissional esteja sujeito à mercantilização da força de trabalho e aos dilemas da alienação<sup>5</sup>. A condição do assistente social como trabalhador assalariado impõe condicionamentos à autonomia profissional.

Considerando isso, no item a seguir trataremos sobre o exercício profissional do assistente social a partir de um resgate sócio-histórico da profissão, que por estar inserida na divisão social e técnica do trabalho é historicamente impulsionada pelos interesses do capital e pelas demandas da classe trabalhadora. Veremos como a

---

<sup>5</sup> Para Heller (2000) a alienação existe quando ocorre uma separação entre a produção humano-genérica e a atuação consciente do homem nesse processo como um todo. Segundo a autora, a alienação na vida cotidiana na qual todo indivíduo está inserido se expandiu com o desenvolvimento capitalista. No modo de produção capitalista o homem é alienado da sua produção ao ponto de não se enxergar como responsável pelo produto final resultado do seu trabalho.

dinâmica da profissão e as contradições inerentes à prática profissional estão relacionadas ao contexto em que a profissão surgiu e se desenvolveu e às tensões do capital sobre ela. E assim, como dinamicamente os desafios profissionais são repostos sobre novas formas com a ofensiva neoliberal.

### **3 A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

Compreender a dinâmica que envolve o exercício profissional do assistente social perpassa pelo entendimento do contexto em que a profissão surgiu. Nesse sentido, o surgimento da profissão está atrelado às condições presentes no contexto do capitalismo monopolista quando a questão social se agudiza. Para Netto (1996) “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (p. 15). Assim, são potencializadas as contradições já existentes no capitalismo e combinadas com novas contradições. Nessa fase capitalista o Estado tem o seu papel reconfigurado havendo uma mudança funcional e estrutural dele para garantir os lucros capitalistas, e uma das funções atribuídas ao Estado consiste em lidar com as expressões da questão social. Sendo assim, foram as contradições postas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e agudizadas na fase imperialista que fizeram surgir a necessidade de criação da profissão do Serviço Social, estando ela inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Os assistentes sociais atuam por meio das políticas sociais facilitando a reprodução da força de trabalho e tendo como seu maior empregador o Estado burguês. Esse tem caráter contraditório, exprimindo os interesses burgueses e produzindo respostas também aos movimentos da classe subalterna. Como parte do trabalho coletivo, a profissão é usada para reproduzir os interesses capitalistas prestando serviços imediatos e superficiais diante das expressões da questão social geradas pelo modo de produção capitalista, contendo com mínimos a indignação e o sofrimento da classe explorada (GUERRA, 2012).

Faleiros (2000) aponta que as políticas sociais sob a responsabilidade do Estado decorrem da relação entre forças produtivas e das forças sociais, sendo assim fruto das lutas de classes. As políticas sociais possuem um caráter contraditório pois promovem a reprodução da força de trabalho e mantêm as relações sociais na sociedade capitalista. A intervenção que o Estado promove, por meio das políticas sociais, atendem aos interesses do capital e ao mesmo tempo são resultado das lutas sociais.

De acordo com Piana (2009), a emergência do Serviço Social no Brasil se dá em 1930 fortemente marcada pela influência da doutrina social da Igreja católica, sob influência europeia. O Estado passou a assumir a responsabilidade de dar respostas à questão social que foram feitas por meio da repressão e, depois, com o controle social por meio das legislações sociais que promoviam a conciliação entre as classes. A institucionalização e legitimação da profissão na década seguinte a afasta um pouco das ideias católicas, mas não a torna menos conservadora, pois o pensamento conservador e influência da igreja utilizados a partir dos interesses

burgueses se tornaram traços constitutivos da profissão e que reaparecem no cotidiano profissional.

Ainda de acordo com a autora, nos anos 1940 a profissão adota o Serviço Social de Caso, criado por Mary Richmond, sob influência positivista-funcionalista, advindo dos Estados Unidos. O Serviço Social de Caso ao intervir sobre a questão social visava ajustar os indivíduos às condições em que viviam. Surgem assim bases técnicas à profissão que se afastam paulatinamente da doutrina social católica a caminho da sua laicização. A partir da década de 1950 há uma ênfase no Serviço Social de grupo e comunidade. Assim, de 1930 a 1950 a profissão é marcada exclusivamente pelo conservadorismo. Apenas no movimento de Renovação as bases da profissão passam a ser repensadas e a questão da ruptura com o conservadorismo entra no debate profissional.

De acordo com Souza (2020), o conservadorismo brasileiro é marcado por determinantes coloniais e por traços escravistas que promoveram tendências antidemocráticas e uma aversão aos direitos trabalhistas. Antes da vertente da intenção de ruptura, a profissão tinha como influência a doutrina da igreja e o funcionalismo que constituíram as bases do conservadorismo na profissão. Apenas no período de Renovação, com a intenção de ruptura, a profissão se aproxima da doutrina marxista e o conservadorismo passa a ser visto como algo problemático e que deveria ser superado na profissão.

Mesmo com a renovação a profissão ainda permanece com características de caráter conservador e com a intervenção voltada para um perfil tecnicista. De tal modo, podemos dizer que o conservadorismo e o sincretismo<sup>6</sup> (NETTO, 1996) são traços marcantes e constitutivos da profissão que estão presentes também no Serviço Social na contemporaneidade sob novas roupagens para atender aos interesses neoliberais.

A ofensiva neoliberal iniciada na década de 1990 e ainda em curso impõe desafios à profissão devido à flexibilização promovida no mercado de trabalho e aos ataques às políticas sociais e aos direitos construídos na fase fordista. Essas ações rebatem na profissão que está inserida nesse mercado de trabalho e tem seus vínculos precarizados. A retirada de direitos da classe trabalhadora é um dos principais alvos da ofensiva neoliberal que ataca tanto os que estão inseridos no mercado de trabalho quanto os que estão excluídos dele principalmente porque:

[...] as consequências da lógica capitalista excludente e destrutiva, desenhadas no modelo de globalização neoliberal, contribuem para a precarização e a subalternização do trabalho à ordem do mercado, para a desmontagem dos direitos sociais, civis e econômicos, para a eliminação da estrutura e responsabilidade do Estado em face da “questão social, para a privatização dos serviços públicos e empresas estatais e atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo nos profissionais de Serviço Social enquanto cidadãos trabalhadores assalariados e viabilizadores de direitos sociais (PIANA, 2009, p. 99).

---

<sup>6</sup> Netto (1996), em tese doutoral, afirma que o sincretismo é um elemento constitutivo do desenvolvimento de Serviço Social enquanto profissão, que tendo como campo de intervenção o cotidiano e como objeto de intervenção a questão social, é posto a intervir com a diversidade e as múltiplas refrações da questão social. A intervenção fica assim fadada a dar respostas instrumentais e a manipular e interferir nas vidas dos sujeitos. Haveria assim na prática do assistente social uma indiferenciação operativa no Serviço Social.



De acordo com Guerra (2012) o trabalho do assistente social é produto de determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociabilidade burguesa. As dimensões que compõem a profissão são a técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, que juntas formam uma totalidade. Essas dimensões não são fixas e não podem ser vistas de forma independente, pois devem estar articuladas entre si para formar uma totalidade que se concretiza na instrumentalidade que baliza a intervenção profissional do assistente social.

Conforme a autora, quanto mais a realidade social vai se tornando heteróclita, mais essas dimensões vão ficando complexas. É compreendendo essa realidade que os assistentes sociais produzem suas ações diante das expressões da questão social. As alterações na produção capitalista geram consequências para a classe trabalhadora, e isso, se expressa no objeto de trabalho do assistente social que é a questão social.

Mesmo não existindo hierarquia entre as dimensões da profissão, a dimensão técnico-operativa é reconhecida como a imagem da profissão. “É a dimensão que dá visibilidade social à profissão já que dela depende a resolutividade da situação o, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e outras, constitui a dimensão do novo [...]” (GUERRA, 2012, p. 1).

Essa ênfase na dimensão técnico-operativa tende a obscurecer a natureza política da profissão e a emergência do Serviço Social nas condições da sociedade burguesa. Não existe uma atuação neutra baseada apenas na dimensão técnico-operativa como se defendeu por um tempo no percurso sócio-histórico da profissão. Sozinha a dimensão técnico-operativa não consegue dar as respostas necessárias para as expressões da questão social. Mas, é necessário destacar a sua importância, pois

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da dimensão técnico-operativa que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói; reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas [...] (GUERRA, 2012, p. 3).

Assim, é importante promover a discussão sobre a dimensão técnico-operativa, mas sempre articulando ela com as demais dimensões. O tecnicismo tem que ser combatido na profissão, ele reaparece sempre quando se enfatiza que basta o uso de técnicas e respostas imediatas para atender às expressões da questão social. A perspectiva do assistente social como um técnico contribui com os interesses capitalistas à medida que não atribui ao capitalismo a existência da questão social.

Na década de 1990 o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão consolidada, pois já tinha currículo mínimo, estava legalmente reconhecida como profissão e contava com a presença de centenas de escolas em todo o país.

Além disso, a profissão já era atuante na produção científica da área, graças a estruturação das pós-graduações em Serviço Social que leva a um amadurecimento da profissão e reconhecimento enquanto produção científica. Também já possuía um Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e vários Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e conquistou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Na década de 1990 a profissão construiu um projeto ético-político crítico, adotou a teoria social crítica Marxista e passou por um processo de revisão crítica dos fundamentos conservadores.

Guerra (2012) aponta que mesmo após esses avanços a profissão ainda é impactada pela dinâmica capitalista. Há ainda muitas problemáticas que perpassam a profissão, desde a sua gênese. As dimensões que constituem a profissão ocorrem no cotidiano e as demandas postas aos assistentes sociais aparecem inicialmente à nível do cotidiano. O cotidiano é, de acordo com Heller (2000), um elemento insuprimível na vida do homem, e assim não é possível se desligar totalmente dele.

Conforme Guerra (2012), o cotidiano tem características que tornam difícil a conexão total do homem com a atividade que realiza, várias atividades são desenvolvidas, mas nenhuma com profundidade. A heterogeneidade é uma dessas características já que nele se encontra uma diversidade de demandas. Outra característica é a espontaneidade, os indivíduos incorporam costumes e comportamentos de maneira espontânea no cotidiano. A vida cotidiana também é marcada pela imediatividade respondendo às necessidades imediatas dos indivíduos. E conseqüentemente, o cotidiano também é superficial já que há muitas demandas e as respostas são imediatas, por isso nada é visto de maneira atenta e profunda para além do aparente.

Guerra (2012) aponta que o cotidiano profissional do assistente social é permeado por essas características do cotidiano e a forma como as respostas profissionais são produzidas podem estar mais ou menos ligadas a uma compreensão crítica da realidade social. No cotidiano profissional, está presente a espontaneidade, pois as demandas são postas de forma imediata exigindo um profissional rápido, focado na produtividade esperada pelo espaço institucional em que está inserido. Além disso, se tem um imediatividade que exige uma prática que seja resolutiva e que seja capaz de promover a reprodução da classe subalterna e manter a ideologia dominante. O imediatismo presente no cotidiano:

[...] só pode ser enfrentado através desta via: da apreensão das mediações que constituem os processos sociais e os vinculam a outros, já que estes só se explicam no seu movimento de constituição, na sua historicidade e na relação com os outros processos que se movimentam numa perspectiva de totalização (GUERRA, 2012, p. 5 – 6).

Conforme Cavalli (2009), a profissão se constitui a partir de processos de trabalho no qual constrói e reconstrói o seu objeto de trabalho, a questão social aparece recortada sob a forma de diversas demandas presentes no seu cotidiano profissional. Essa apropriação da realidade é feita por meio de instrumentos e pela direção social assumida pelo profissional. Por meio da mediação é possível compreender a realidade, superando uma análise das demandas de forma aparente e superficial. Ela é uma categoria da teoria crítica marxista que permite a apreensão da realidade por meio de consecutivas aproximações. A partir dela o assistente

social tem a possibilidade de entender o seu objeto de intervenção e produzir uma prática crítica.

De acordo com Guerra (2012), a dinâmica do cotidiano profissional muitas vezes faz o profissional se limitar à execução de tarefas, sem a necessária reflexão sobre a realidade apresentada. O âmbito de atuação do assistente social é, dessa forma, permeado por regras e normas que exigem respostas instantâneas. Isso exige um profissional que produza respostas rápidas, superficiais, pautadas no senso comum, despidas de criticidade e instrumentais para atender às expectativas institucionais.

O Serviço Social é uma profissão que necessita de instrumentais e da parte operativa, no entanto, se a profissão se voltar apenas a essa dimensão da profissão, deixando de lado as dimensões teórico-metodológica e ético-política, as respostas dadas às demandas serão extremamente fragmentadas e superficiais. O cotidiano está atrelado ao senso comum, que valoriza a prática em oposição à teoria e, por isso, a teoria pode ser entendida como desnecessária à atuação do assistente social. Disso resulta a prática sem reflexão e dissociada do suporte teórico que tem na realidade a sua primazia ontológica de reflexão, vinculando-se à teoria crítica marxista. Sendo assim, "reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de quaisquer finalidades" (GUERRA, 2012, p. 7).

Na prática profissional dos assistentes sociais é frequente a intervenção a partir da ultrageneralização, respondendo às demandas a partir de outras experiências anteriores. A confiança em excesso nas técnicas adotadas e nas finalidades desejadas podem levar a uma prática sem questionamentos. Além disso, é comum no cotidiano profissional a análise da realidade por analogia para reconhecer semelhanças e diferenças, mas para que seja possível produzir uma prática qualificada se deve analisar a situação e suas múltiplas determinações (GUERRA, 2012).

Outras técnicas do cotidiano usadas pelos assistentes sociais e que podem tornar a dimensão técnico-operativa ineficiente é usar conhecimentos e exemplos que já existem para entender uma nova demanda e agir por meio da imitação. Essa leitura da realidade que se limita a analisar o novo por meio do antigo pode ser revista na prática profissional a partir da dimensão investigativa no qual se faz a pesquisa da realidade concreta (GUERRA, 2012).

O cotidiano profissional ocorre na presença do assistente social atuando na execução de políticas sociais que atualmente são marcadas por uma lógica assistencialista, sofrendo com ataques que visam a mercantilização e a privatização delas. Isso influencia na intervenção dos assistentes sociais que tende a ser uma ação pontual, sem reflexão, imediata, instrumental. Sendo assim, as condições presentes nas políticas sociais influenciam numa prática profissional associada ao cotidiano, sem a suspensão do mesmo. Nesse sentido, a dimensão técnico-operativa pode ser apenas um conjunto de técnicas para dar respostas às requisições institucionais, ou mas pode ser um instrumento de compreensão da realidade concreta e, para isso, teria que suspender os condicionamentos do cotidiano. Das dimensões da profissão a técnico-operativa é a mais atingida pelo cotidiano (GUERRA, 2012).

Guerra (2012) afirma que a prática profissional está inserida no cotidiano das classes, tendo uma funcionalidade na produção e reprodução do modo de produção

capitalista. Embora a dimensão técnico-operativa seja o modo de aparecer da profissão, é equivocado conceber o Serviço Social apenas como um conjunto de técnicas. O assistente social deve refletir sobre essa dimensão e articular com as outras duas dimensões para não promover uma atuação pautada na manutenção e reprodução da ordem capitalista. Assim, o Serviço Social está relacionado ao modo de produção capitalista desde que emergiu como profissão e sofre os impactos das transformações societárias capitalistas na atualidade.

A profissão é historicamente marcada pelo tecnicismo que reaparece na atualidade sob novas roupagens. É também um complexo de contradições pela sua inserção como profissão que tem exigências institucionais e ao mesmo tempo sofre os tensionamentos da classe trabalhadora. Por estar inserida no cotidiano no qual impera a sociabilidade burguesa, precisa estar constantemente traçando estratégias para romper com o cotidiano e elevar sua prática a uma atividade humano-genérica. O debate sobre a prática profissional deve ser uma constante para traçar estratégias de superação das imposições capitalistas e a antecipação da profissão diante das transformações promovidas pela sociedade capitalista.

O assistente social deve ser ator desse processo promovendo o debate ético-político na profissão, discutindo sobre a prática profissional e se organizando melhor diante da realidade na qual a profissão está inserida. Atualmente o exercício profissional dos assistentes sociais sofre os impactos da ofensiva neoliberal, tal fase capitalista impõe à profissão desafios que devem ser superados. No próximo item será discutido os principais desafios postos ao serviço social na contemporaneidade pela ofensiva neoliberal.

#### **4 OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: OS DESAFIOS E RUMOS DA PROFISSÃO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS**

A fase neoliberal capitalista, por meio da superexploração da força de trabalho, causa danos à classe trabalhadora. Os impactos da ofensiva neoliberal no Serviço Social, contrasta totalmente com o projeto defendido pela profissão. Iamamoto (2015) afirma que no trabalho do assistente social há uma tensão entre o projeto ético-político da profissão e a condição da profissão como trabalho assalariado. Isso determina a relativa autonomia do trabalho do assistente social que se orienta por meio da formação acadêmica, adotando a teoria marxista, mas condicionada pelas lutas de classes e a conjuntura da sociedade capitalista. A atuação do assistente social, por meio do trabalho assalariado, possui como maior empregador o Estado e, em menor escala, o setor privado, ambos impõem uma mercantilização na intervenção do assistente social. Assim,

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionamentos socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2015, p. 416).

Ainda segundo a autora existem alguns desafios a serem superados pelos assistentes sociais na sua prática profissional. Um deles seria romper tanto com a leitura fatalista quanto com a messiânica na profissão. A atitude fatalista, praticada no cotidiano profissional, ocorre quando o assistente social entende que a realidade já se encontra definida pela lógica capitalista desconsiderando possibilidades para além da sociabilidade burguesa. Já a atuação messiânica estaria associada a uma superestimação não mais do capital, mas da execução de projeto profissional desconsiderando os determinantes presentes por estarmos vivenciando a sociabilidade burguesa.

Segundo a autora, é necessário enfatizar na profissão a discussão do exercício do assistente social no âmbito acadêmico por meio da pesquisa, e por meio disso, compreender melhor como se está sendo desenvolvida a atuação do assistente social. Nesse sentido é necessário dar ênfase à capacidade da profissão de fomentar a luta por direitos e pela democracia.

O assistente social, enquanto trabalhador assalariado e parte do trabalho coletivo, vende sua força de trabalho em troca de um salário, que assim como os demais assalariados equivale a sua subsistência. Esse trabalho especializado possui uma dupla dimensão, pois atende às necessidades sociais, mas só pode atender a estas últimas quando se igualar a qualquer trabalho abstrato, ou seja, ao trabalho em geral, como parte do trabalho total produzido na sociedade capitalista.

De acordo com Netto e Braz (2006) a força de trabalho é uma mercadoria especial por ser a única mercadoria capaz de gerar valor, assim, o salário pagaria o correspondente ao valor de troca, mas não pagaria o valor de uso dessa mercadoria. Dessa forma, o capitalismo se apropria da mais-valia gerada pela força de trabalho enquanto mercadoria. Quando se compra a força de trabalho do assistente social assim como dos demais trabalhadores não se paga esse valor produzido por ele. Ao possuir apenas a sua força de trabalho, o assistente social não possui os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para sua atuação, já que os mesmos estão nas mãos dos empregadores.

Por ter os mesmos condicionamentos de qualquer trabalho na sociedade capitalista, o assistente social não tem ampla autonomia de lidar com a questão social, e os seus instrumentos de intervenção profissional dependem de existência e manutenção das políticas sociais financiadas pelas instituições que determinam as demandas, os recursos oferecidos, o perfil de atendidos e as limitações do mesmo em cada instituição. No entanto, o assistente social pode, por meio da sua relativa autonomia, dar um direcionamento social estratégico em relação ao que é disponibilizado e exigido pela instituição a fim de promover um serviço melhor para os usuários. A presença de um projeto profissional comprometido com a viabilização de direitos em sociedade é elemento fundamental para expandir a relativa autonomia do assistente social e a promoção de um movimento contrário à alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2015).

Também incidem sob a relativa autonomia do assistente social, gerando ampliação dela, as condições e as relações sociais que permeiam o campo de trabalho no qual está inserido, as pressões dos sujeitos na luta por direitos e as lutas coletivas postas pelo controle democrático das ações do Estado.

De acordo com Iamamoto (2015), há no trabalho do assistente social um complexo de tensão entre as pressões populares, os condicionamentos do empregador, as regras institucionais e a sua relativa autonomia. Aliado a isso, o fato

do assistente social ser um trabalhador assalariado impõe à profissão processos alienantes. Para além dessas determinações gerais existem ainda as características específicas do trabalho do assistente social que estão atreladas ao seu ambiente de trabalho, que aparecem geralmente precarizadas, e atendem a diferentes públicos.

Atualmente o assistente social pode estar inserido em diversos espaços ocupacionais, mas tem como maior empregador o Estado. No Estado, a atuação do assistente social está condicionada a elementos que vão trazer dificuldades específicas ao profissional. Um elemento que faz parte do cotidiano profissional de quem atua no setor público é a burocracia, essa enfatiza a prática de procedimentos rotineiros. Uma atuação pautada apenas na repetição de uma rotina pode levar a um atendimento que não seja capaz de ir além do superficial presente no cotidiano, provocando repetição sem reflexão e isso pode prejudicar o atendimento qualificado das demandas. (IAMAMOTO, 2015)

De acordo com Iamamoto (2009) a globalização e implementação neoliberal gerou consequências para as políticas públicas devido a adesão das características de focalização, desfinanciamento, descentralização, bem como o ataque aos direitos trabalhistas. Isso também afeta o espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais trazendo alterações nas condições e relações de trabalho. O processo neoliberal impõe uma desregulamentação do trabalho, aumenta a concentração de renda e as desigualdades. “Como as competências profissionais expressam a historicidade da profissão, elas também se preservam, se transformam, redimensionando-se ao se alterarem as condições históricas de sua efetivação” (IAMAMOTO, 2015, p.15).

O assistente social tem como matéria de trabalho as expressões da questão social que são inseparáveis da sociabilidade burguesa e se apresentam no cotidiano desse profissional como várias demandas que têm em comum a desigualdade, como a de gênero, de etnia, regional, entre outras. É nesse terreno de amplas contradições e lutas que o assistente social atua em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O capital na fase neoliberal e com a predominância das instituições financeiras se caracteriza pelo mais alto nível de fetichização. na qual o dinheiro gera mais dinheiro. O comando do mercado sob o capital financeiro produz inflexões na questão social. Chesnais (2000) aponta que o capital financeiro determina no mercado a repartição da receita, o funcionamento dos investimentos e as configurações do emprego assalariado. Além disso, ele faz imposições ao Estado em nome dos seus interesses e tenta avançar em setores públicos enquanto exige a precarização das políticas sociais.

O fetiche da adoção da financeirização como forma de estruturar a economia no mundo, esconde o fato da mesma não ter o poder de produzir riqueza e depender do setor produtivo e da força de trabalho para se sustentar. Nesses termos, as instituições financeiras são valorizadas enquanto que os gastos sociais são reduzidos. A elevação da taxa de juros faz com que a renda tenha uma distribuição desigual e uma tributação menor para as rendas mais altas, assim os trabalhadores pagam proporcionalmente mais impostos do que os burgueses. A financeirização se apoia nas dívidas públicas e no mercado acionário das empresas, dependem de ações que atacam aos trabalhadores por meio de privatizações, ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas, redução nos custos de produção por meio do uso de tecnologias e redução de gastos com força de trabalho e maior exploração. Isso gera também mais desemprego. Considerando isso:

A sugestão é que a mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a “reforma” do Estado, a reestruturação produtiva, a questão social, a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas (IAMAMOTO, 2009, p. 21).

Dessa forma, lamamoto (2009) afirma que a forma como são conduzidas as políticas sociais atualmente pelo Estado está associada aos interesses da esfera financeira e do grande capital. As respostas às expressões da questão social são orientadas a partir da lógica do mercado financeiro e a sociedade está subordinada aos seus interesses e crescimento. Esta forma do capital torna ainda mais profundas as formas de desigualdades existentes. A responsabilidade de enfrentar a questão social é repassada à sociedade que é tratada por meio de filantropia ou das cada vez mais focalizadas ações do Estado. Este avança no sentido de privatizar as políticas públicas e repassá-las para o terceiro setor.

O trabalho do assistente social é mediado por diversas determinações além das alterações nas políticas sociais. É uma atividade especializada que se executa por meio da compra e venda da força de trabalho, condicionada pelos vínculos institucionais empregadores. Enquanto trabalho assalariado segue as regras institucionais e a legislação trabalhista que regula seu contrato de trabalho e estabelecem as condições do seu trabalho. O vínculo institucional interfere nas particularidades das suas atribuições e são responsáveis pelos recursos para a atuação do assistente social. Assim, o assistente social é submetido às mesmas condições impostas aos trabalhadores assalariados no geral. Assim,

Transitar da análise da instituição Serviço Social para o seu exercício agrega, portanto, um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social. Sintetiza tensões entre o direcionamento socialmente condicionado que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto, condizente com um projeto profissional coletivo, e as exigências que os empregadores impõem aos seus trabalhadores assalariados especializados. (IAMAMOTO, 2009, p. 32)

Iamamoto cita alguns desafios impostos ao assistente social, entre eles está o crescimento de cursos de Serviço Social à distância em instituições privadas que vem crescendo desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e se expandiu nos governos do PT. Tais cursos lançam um contingente muito maior de formados em Serviço Social e isso traz consequências ao exercício profissional e às condições salariais porque gerará cada vez mais desemprego que precarizaria as condições de trabalho e a impulsionaria para baixo a média salarial produzindo uma massa de profissionais muitas vezes sem a qualificação necessária. Dessa forma,

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 36)

Esse crescimento dos cursos à distância é lucrativo para as empresas desse ramo, facilita a subordinação dos profissionais às regras do mercado de trabalho e precariza o ensino nos cursos de formação de assistentes sociais impactando no mercado de trabalho deles.

Iamamoto (2009), aponta ainda os seguintes desafios para o Serviço Social na atualidade: a necessidade de uma severa cobrança na formação teórico-metodológica; uma rígida supervisão na qualidade dos cursos de formação de assistentes sociais; o fortalecimento dos laços da profissão com as lutas em defesa dos direitos civis, políticos e sociais; fortalecimento do projeto ético-político no cotidiano profissional e a defesa intransigente de melhores condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos.

O contexto da pandemia no Brasil impôs à profissão novos desafios e aprofundou tantos outros já existentes. A crise do coronavírus intensificou a crise estrutural do capital num país de economia dependente e que vinha promovendo contrarreformas de cunho neoliberal. As contradições se aprofundaram e são impostos desafios à profissão diante do crescente desemprego, pauperismo e ataque às minorias sociais. Essas demandas vêm sendo ignoradas e atacadas pelo governo de caráter neofacista de Jair Bolsonaro.

Além disso, no contexto pandêmico, a profissão foi posta a trabalhar em condições ainda mais precárias por meio do *home office* ou ainda se expondo ao vírus com jornadas de trabalho extremamente exaustivas nos serviços considerados indispensáveis à população. Nesse contexto, o desemprego e o subemprego atingem mais fortemente a profissão assim como a toda classe trabalhadora, enquanto o capital busca retornar ao seu patamar de crescimento por meio da exploração dos trabalhadores. O lucro se sobrepôs à própria vida, maior direito universal presente na constituição de 1988. Dessa forma, fica evidente a necessidade de ampliação no investimento das políticas públicas nos próximos anos para lidar com o aprofundamento das desigualdades, do empobrecimento e do aumento do desemprego estrutural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi exposto por meio deste artigo alguns desafios impostos à profissão na contemporaneidade diante do avanço neoliberal sob as políticas públicas e que incidiram no exercício profissional do assistente social enquanto classe trabalhadora assalariada.

No primeiro item intitulado “neoliberalismo: determinações sócio-históricas e implementação no Brasil” foi possível analisar que a fase neoliberal capitalista trouxe implicações para o mercado de trabalho e para as políticas sociais, tendo nas condições postas pelo contexto brasileiro sua implementação por todos os governantes e que a ofensiva avançou após o golpe de 2016 por meio de contrarreformas.

No segundo item intitulado “a dimensão técnico-operativa do exercício profissional do assistente social”, foi feito um resgate histórico da profissão a fim de compreender os percursos trilhados pela profissão ao longo do tempo e os traços inerentes a ela que a marcam com o conservadorismo e tecnicismo. A ação profissional e cotidiano em que essa intervenção acontece é permeada pelas características do cotidiano que servem aos interesses capitalistas.



No terceiro item intitulado “os impactos do neoliberalismo no exercício profissional dos assistentes sociais: os desafios e rumos da profissão frente às transformações societárias contemporâneas”, foram discutidos os principais desafios que a ofensiva neoliberal impôs à profissão enquanto classe trabalhadora e que tem como campo de atuação as políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas e fragmentadas.

O Serviço Social é uma profissão que historicamente atendeu aos interesses de classes distintas e marcada pela ênfase na dimensão técnico-operativa. As condições em que a profissão surgiu e as influências de teorias acríicas, como a funcionalista, tornaram o conservadorismo algo inerente à profissão e que ressurgue no cotidiano profissional sob a influência neoliberal. Mesmo após o reconhecimento do problema que envolve o conservadorismo na profissão a superação do mesmo permanece sendo uma constante luta na profissão.

O neoliberalismo e suas implicações promovem ataques às políticas públicas e sociais, principal âmbito de atuação dos assistentes sociais. A focalização e a redução de investimentos promovida pelo Estado burguês limita a atuação dos assistentes sociais a ações fragmentadas e impõe desafios profissionais que vão em direção a um retrocesso na atuação da profissão.

Assim, a atuação se dá apenas sob a forma aparente e não compreende em sua profundidade as demandas. Diante da insuficiência das políticas públicas, as demandas que deveriam ser atendidas pelo Estado são repassadas para o terceiro setor e para as famílias, com isso está se processando uma refilantropização da profissão.

Como o contexto é dinâmico, os impactos neoliberais continuarão incidindo sob a profissão e, por isso, existe a necessidade de uma constante atualização dos assistentes sociais perante as demandas desafiadoras que lhe são postas cotidianamente, desenvolvendo para isso novas competências profissionais.

Por meio desta pesquisa, foi possível compreender que os principais impactos da ofensiva neoliberal no Serviço Social foram a precarização dos vínculos empregatícios dos assistentes sociais, o ataque às políticas as sociais incidindo numa precarização e redução do âmbito de atuação, uma ampliação das demandas sociais do assistente social devido ao aprofundamento das contradições capitalistas e o ataque aos direitos da profissão enquanto classe trabalhadora.

Diante disso, é necessário traçar estratégias profissionais para a superação dessas imposições neoliberais. Para isso, a categoria deve articular sua intervenção de maneira crítica, pautada no projeto ético-político, e se manter incessante nas lutas sociais frente aos retrocessos que impactam nas políticas sociais e no mercado de trabalho. Esse processo inclui lutar contra as contrarreformas e ataques aos direitos dos trabalhadores, promover uma formação crítica, articular a categoria em debates importantes e fomentar reflexão e pesquisa sobre a realidade social e as demandas postas ao assistente social.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: BEHRING, Elaine Rossetti. LIMA, Rita de Lourdes de (orgs). SALVADOR, Evilasio. **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-62

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Braz, Marcelo; Netto, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós- golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília, n. 43, p. 17-33, jan./jun, 2022.

CAVALLI, Michelle. **A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social: uma relação possível ?** Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/viewFile/2257/22192009>. Acesso em: 01/10/2022.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Publicado em Les Temps Modernes, 607, 2000 e reproduzido com a permissão do autor e da revista. Tradução de Ruy Braga.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital- imperialismo: teoria e história**. 2.ed. Rio de Janeiro : EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M. dos; GUERRA, Y. (orgs.). **Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p.15-51.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os desafios da profissão de serviço social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: **Diálogos do cotidiano - Assistente social: reflexões sobre o cotidiano profissional**. Brasília: CFESS, 2021, p. 16-48.

LOWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho. MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (orgs). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador**. Sobral-CE : SertãoCult, 2020, p. 13-19.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O serviço social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. 1997.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: DEMIER, Felipe. CISLAGHI, Juliana Fiuza. (orgs). **O neofacismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: CONSEQUÊNCIA, 2019, p. 135-148.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, abril, 1996.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p. 85- 117, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações dos seus direitos**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Editora UFPE, 2020.